



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- E M E R J -
PROVA DE SELEÇÃO - CP I - 1º SEMESTRE/2013**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA
MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

11 DE NOVEMBRO DE 2012

I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Disserte em até 20 linhas sobre o seguinte tema:

Ao apresentar a obra que traduziu de Peter Häberle, *Hemenêutica Constitucional, a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: Contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da Constituição* (tradução de Gilmar Ferreira Mendes, Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris Editor, 1997, reimpressão de 2002), destacou Gilmar Mendes que Häberle afirmara *que não existe norma jurídica, senão norma jurídica interpretada e que interpretar um ato normativo nada mais é do que colocá-lo no tempo ou integrá-lo na realidade pública.*

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Disserte em até 20 linhas sobre o seguinte tema:

A individualização da pena, garantia prevista no art. 5º, XLVI, da Constituição, incide na cominação e execução de todas as sanções, inclusive penas pecuniárias civis.

II - DIREITO CIVIL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Construtora Village Real, em 13/06/2007, ajuíza ação reivindicatória em face de Leandro Amaral e sua mulher Eleonora Vasconcellos Amaral, alegando ser proprietária do imóvel Y, localizado nesta cidade. Sustenta que os réus passaram a ocupar o referido imóvel, constituído por lote de terreno, sem autorização, privando a demandante do exercício da posse. Argumenta, ainda, que os réus, notificados regularmente, não desocuparam o imóvel, tornando-se esbulhadores. Pede a procedência.

Os réus foram citados em 28/06/2007, com o mandado junto aos autos na mesma data. Em contestação, os suplicados argumentam que procederam a aquisição dos direitos possessórios sobre o imóvel Y no ano de 1994, aduzindo que a posse mansa, pacífica e ininterrupta já era exercida há aproximadamente 05 (cinco) anos pelo antigo possuidor. Sustentam que residem no imóvel há mais de 10 (dez) anos, com a edificação de uma casa de três quartos, sala, cozinha, banheiro e varanda, na qual criaram seus filhos.

Por fim, alegam os réus a usucapião como defesa, anexando escritura pública declaratória de posse firmada no ano de 1994, pelos mesmos.

Houve produção de prova oral durante a fase de instrução, restando comprovada a posse, na forma alegada em defesa.

Decida a questão (não é necessária a forma de sentença). **(máximo de 20 linhas)**.

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Emanuel faleceu no ano de 2010, no estado civil de divorciado, sem ascendentes e sem descendentes, deixando bens. Seus três irmãos, Rafael, Narcizo e Aurélia, distribuíram o respectivo inventário, no prazo legal, requerendo a inventariança para o primeiro.

Na peça inicial comunicaram que o finado vivia com uma companheira de nome Gisélia, que foi devidamente intimada, por ordem do juízo.

Ciente, Gisélia veio aos autos e comprovou que manteve união estável com o finado por prazo de 25 (vinte e cinco) anos, até o falecimento deste. Juntou aos autos sentença transitada em julgado, reconhecendo a união estável no período mencionado. Procedeu a apresentação das primeiras declarações, requereu que fosse nomeada inventariante, bem como que os irmãos do finado fossem excluídos da sucessão, ao argumento de que era a única herdeira.

Decida a questão (não é necessária a forma de sentença). **(máximo de 20 linhas)**.

III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Pedro ajuizou execução por quantia certa fundada em título extrajudicial em face de Manoela. Citada, a executada não pagou no prazo legal. Foi, então, efetivada a penhora de um imóvel de sua propriedade. A executada, então, manifestou-se nos autos alegando a nulidade absoluta da penhora, ao argumento de que o imóvel constricto seria impenhorável. Sustentou que o referido imóvel estaria alugado a terceiros, e que com o valor do aluguel que lhe era pago custeava sua manutenção e de sua família, inclusive o aluguel do imóvel onde moravam. Produziu prova documental confirmando a veracidade de todas as suas alegações.

Pedro, ouvido sobre essa manifestação, afirmou a penhorabilidade do imóvel, já que a devedora e sua família nele não residem.

Como você decidiria essa questão? Resposta justificada. **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Em um processo de conhecimento no qual se observa o procedimento ordinário, o réu ofereceu contestação e reconvenção na mesma petição. O juiz, por considerar que isso contraria a regra que exige o oferecimento das modalidades de resposta em peças separadas, determinou o desentranhamento da petição.

Decidiu corretamente o Juiz? **(máximo de 20 linhas)**

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Teresa foi condenada, em 17/10/2011, a cumprir obrigação de fazer em favor de Marcelo, no prazo de trinta dias, sob pena de multa diária de cem reais. Transitada em julgado a sentença, o juiz determinou a intimação da ré, pelo Diário Oficial, na pessoa de seu advogado, para cumprir a sentença. Cumprida essa determinação e decorrido o prazo sem que a obrigação fosse cumprida, o credor postulou a execução da multa.

O juiz, porém, indeferiu liminarmente o requerimento de execução e determinou que se repetisse a intimação, agora pessoalmente, para que pudesse correr o prazo fixado na sentença.

Decidiu corretamente o juiz? **(máximo de 20 linhas)**

IV - DIREITO EMPRESARIAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Distinga, com exemplos, as noções de empresa, empresário e estabelecimento.

(máximo de 20 linhas)

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Dispõe o art. 894 do Código Civil: “O portador de título representativo de mercadoria tem o direito de transferi-lo, de conformidade com as normas que regulam a sua circulação, ou de receber aquela independentemente de quaisquer formalidades, além da entrega do título devidamente quitado”.

Considerando-se que conhecimento de depósito e warrant são títulos representativos de mercadorias, como poderá proceder o seu portador, consoante as disposições do artigo supra? **(máximo de 20 linhas)**

V - DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO (10 PONTOS)

- a) Os crimes culposos são aqueles praticados por imprudência, negligência ou imperícia (art. 18, II do CP). Em que se distinguem estas figuras penais?
- b) Que é imunidade judiciária?
- c) O crime de rixa não tem definição legal. Tal contraria o art. 1º do CP? Que é rixa?
- d) A provocação de dor física, que pode integrar o crime de tortura, configura igualmente crime de lesão corporal?
- e) A mídia denuncia muitos casos de “bullying”, notadamente em escolas, como a prática repetitiva de violência física ou psicológica, sem motivação evidente, e que cause dor, angústia e sofrimento. Este comportamento configura crime, no ordenamento penal brasileiro?

(máximo de 20 linhas)

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Calíope está passeando pela rua, quando um cachorro “pitbull” a ataca, mordendo-lhe a perna. Seu acompanhante Luvizano, que se encontrava armado, imediatamente saca seu revólver calibre.38, cujo porte era autorizado, e efetua disparos no cão, que morre.

Pergunta-se:

- a) Matar um cão pode configurar crime? Em caso de resposta afirmativa, qual?
- b) Está Luvizano amparado por alguma cláusula de exclusão de ilicitude? Em caso de resposta afirmativa, qual?
- c) E se o cão tivesse sido atizado por Cleonalda, inimiga de Calíope, qual seria a situação desta? E a de Luvizano?

(máximo de 20 linhas)

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Filadelfo vai ao supermercado comprar material para um churrasco. Ao retornar, encontra sua mulher Eponina beijando na boca seu vizinho paraplégico Remilton, numa demonstração clara de que existiria um relacionamento extraconjugal entre eles. Tomado de fúria, Filadelfo pega o álcool que havia comprado e o derrama sobre Remilton, riscando a seguir um fósforo. O fogo se alastra queimando a vítima que, não suportando a gravidade dos ferimentos, acaba falecendo.

Pergunta-se:

- a) Qual a conduta típica praticada por Filadelfo? Capítule.
- b) É possível haver homicídio qualificado e privilegiado? Esclareça.
- c) Este crime é hediondo?
- d) Poderia Filadelfo alegar legítima defesa da honra?
- e) Se Filadelfo já soubesse do relacionamento de sua mulher Eponina com Remilton, e se tivesse planejado a morte deste, a situação se alteraria?

(máximo de 20 linhas)

VI - DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

João, perigoso facínora, foi visto no momento em que passeava com uma de suas namoradas pela orla de Ipanema. Abordado pela autoridade policial, com ele foi encontrado um bilhete no qual ensinava a José um engenhoso plano para a prática de uma conduta que encontra adequação típica no artigo 171, do Código Penal.

Com base nesses elementos, João foi encaminhado à Delegacia de Polícia. A prisão foi comunicada imediatamente ao Poder Judiciário.

Indaga-se: qual a postura e/ou decisão que deve ser tomada pelo juiz de direito competente para apreciar o ocorrido? **(máximo de 20 linhas).**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Encerrada a instrução criminal, um policial confirmou a hipótese acusatória, enquanto três outras testemunhas, que passavam pelo local da prisão, declararam que o réu não praticou a conduta imputada.

Em alegações finais, o Ministério Público pugnou pela condenação, nos termos da denúncia, em especial porque o policial ouvido em juízo, como todo agente da Administração Pública, goza da presunção de veracidade/legitimidade de seus atos.

A Defesa Técnica, por sua vez, pediu a absolvição, fundada na tese da negativa de autoria.

Você, como juiz que presidiu a audiência, como decidiria? Quais os princípios processuais penais em questão? **(máximo de 20 linhas)**

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Em matéria penal, diante das particularidades do caso concreto, é possível a inversão do ônus da prova? Justifique. **(máximo de 20 linhas)**

VII - DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO ÚNICA (10 PONTOS)

Vânia comprou um dicionário em uma grande livraria no centro da cidade. Oito meses depois, ao realizar uma consulta, percebeu que faltavam dezessete páginas do livro.

Pode Vânia exigir a troca do produto ou a devolução do preço pago, não obstante a inexistência de cláusula de garantia convencional do produto? Explique. **(máximo de 20 linhas)**

VIII – LÍNGUA PORTUGUESA - REDAÇÃO : (40 PONTOS)

O MP (Ministério Público) considera ilegal a remoção compulsória de pessoas em situação de rua sendo elas usuárias de drogas ou não. A posição do MP se deu em função do anúncio do prefeito do Rio, Eduardo Paes, de implantar a internação compulsória de adultos dependentes químicos, principalmente de crack.

(Agência Brasil)

Após uma reflexão sobre a notícia acima, elabore uma dissertação argumentativa, empregando **entre 25 e 30 linhas**, em que se discuta a seguinte questão:

Seria ilegal a remoção compulsória de pessoas em situação de rua?

BOA SORTE !!!